

Langoni quer livre negociação salarial

Da sucursal do
RIO

Livre negociação salarial dentro de uma solução política clara para essa questão, redução do déficit público pelo corte de subsídios e despesas de custeio das empresas estatais foram as principais medidas defendidas ontem no Rio pelo presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, perante uma atenta e silenciosa platéia de 450 empresários e banqueiros, como forma de "recuperar a confiança da sociedade brasileira e da comunidade financeira mundial" no programa econômico do governo e resolver a curto prazo o impasse nas contas externas do País.

Langoni deixou claro, na solenidade de posse dos membros da diretoria da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais, que a adoção destas e outras medidas de correção de rota é fundamental para a obtenção da segunda parcela — de US\$ 1,5 a US\$ 2 bilhões — do empréstimo-jumbo contratado com os bancos internacionais.

"Não haverá milagre externo que possa evitar a necessidade de um grande esforço de ajustamento interno" disse o presidente do Banco Central. E destacou que se este processo for voluntário, trará "menores custos do ponto de vista social". Para ele, a redução do déficit público e a revisão da política salarial em direção à livre negociação são as premissas para a posterior liberalização do crédito e a queda das taxas de juros, "convergindo com as taxas de juros externos" e a redução do Imposto sobre Operações Financeiras. Nessas condições, conforme disse mais tarde em entrevista coletiva, "o Banco Central vai poder voltar a usar o mercado

aberto não como uma fonte de financiamento permanente ao setor público mas dentro das suas funções normais de controlar o volume de moeda".

PÚBLICO E ESTATAL

Ao abordar o problema do déficit do setor público, Langoni defendeu a sua "redução drástica", medida que representa "um desafio e um teste de vontade política". Para ele, o esforço neste sentido deverá concentrar-se no corte de subsídios e nas despesas correntes das empresas estatais, já que "a margem de manobra quanto aos investimentos públicos está esgotada". E assinalou que só o corte dos subsídios na agricultura, trigo e petróleo representam cerca de 2 a 2,5% do Produto Interno Bruto "que hoje estão sendo financiados de maneira inflacionária".

Quanto à política salarial, o presidente do Banco Central destacou que "a solução política cabe ao Congresso Nacional" e disse que não vê contradição entre sua proposta e a revisão salarial acertada pelo acordo PDS-PTB. "O acordo é uma base para negociações", disse. Justificando a sua tese de que as decisões sobre a política salarial devem desembocar na livre negociação "dentro dos próximos meses", exceto para as faixas mais baixas de salários, Langoni destacou que a experiência brasileira dos últimos 15 anos, até mesmo o "mecanismo criativo do resíduo inflacionário concebido por Roberto Campos", demonstra as "dificuldades quase intransponíveis para encontrar fórmulas ideais de indexação" que preservem o salário real, sem realimentar fortemente a inflação e dificultar o emprego. "Essas fórmulas esbarram na realidade do

mercado de trabalho", disse. Por isso, a livre negociação seria a fórmula ideal para que gradativamente "a inflação esperada passasse a ter um peso maior na determinação do nível salarial do que a inflação passada".

ESTATIZAÇÃO NEGADA

Langoni destacou também a situação do Projeto 4 de negociação com os bancos internacionais — crédito interbancário — dizendo que este é "um quebra-cabeça que exige paciência de chinês". No Projeto 4, disse Langoni, "está em jogo o futuro das agências de bancos brasileiros no Exterior e em especial a sua natureza privada". Para ele, "as propostas de estatização dos bancos têm forte conteúdo demagógico".

O presidente do Banco Central disse também que "a solução global e definitiva não depende de uma ação unilateral do Brasil mas de um processo de aproximações sucessivas já em curso e da ação articulada dos credores para facilitar a superação do estrangulamento brasileiro a curto prazo e alongamento do perfil da dívida". Ele rejeitou o termo renegociação, pois o processo de negociação é contínuo. Ele informou que no momento o atraso dos pagamentos brasileiros ao Exterior está no nível de US\$ 400 milhões e que o Banco Internacional de Compensações (BIS) aceitou prorrogar até o final de junho o prazo para pagamento do crédito ponte de US\$ 411 milhões.

Metade da platéia de banqueiros e empresários perfilou-se junto à mesa para cumprimentar tanto o presidente do Banco Central, após o almoço, quanto o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Bancos Comerciais, Célio Borja.